



Governo prioriza Mercosul, afirma Celso Amorim

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (foto), ministro explica também posição do país em relação à Alca

Página 8

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.757 - Brasília, sexta-feira, 8 de agosto de 2003

Sarney: Senado deve manter texto da reforma da Previdência

A proposta de reforma da Previdência aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados não deve sofrer mudanças, na opinião do presidente do Senado, José Sarney. Segundo ele, o texto "já foi muito discutido, muito ne-

■ Senador não vê mais espaço para mudanças, pois, afirma, proposta aprovada resulta de longo diálogo

gociado, muito dialogado", e não haverá mais espaço para alterá-lo. "A proposta já chegará concluída ao Senado", acredita Sarney, acrescentando que é necessário "um apelo à pacificação, à concórdia e à unidade".

Página 3

Plenário presta homenagem a Roberto Marinho

A morte do jornalista Roberto Marinho foi registrada em Plenário com a aprovação de voto de pesar e manifestações de diversos senadores, que destacaram as realizações do criador da Rede Globo de Televisão.

Páginas 4 e 5

Situação das prefeituras provoca debate

Senadores de quatro partidos debateram ontem, em Plenário, as causas e possíveis soluções para a crise financeira enfrentada pela maioria dos municípios brasileiros, em especial os menores.

Página 7



CAMPANHA Senadores aprovaram proposta que institui o Dia Nacional de Controle do Colesterol, com esclarecimentos à população

Relatório propõe investigação sobre cartel na hemodiálise

A Subcomissão Temporária de Saúde da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o relatório

do senador Mão Santa, que recomenda ao Ministério Público investigar a existência de um cartel das em-

presas prestadores de serviços de hemodiálise no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A CAS apro-

vou ontem proposta que institui o Dia Nacional de Controle do Colesterol, em 8 de agosto.

Página 6



Roosevelt Pinheiro

ALERTA Capiberibe critica comportamento de quem tenta desestabilizar democracia

Capiberibe: governo Lula não gerou crise

O senador João Capiberibe (PSB-AP) contestou ontem afirmações de que o país esteja em crise. Para ele, essas afirmações seriam insinuações levianas com o intuito de confundir a opinião pública.

De acordo com o parlamentar, o país estaria em crise “desde que foi restaurada a democracia”. Ele citou o presidente do Senado, José Sarney, que “conviveu com a crise” nos cinco anos em que governou o Brasil. Já Fernando Collor, disse Capiberibe, “atentou contra o Estado como tentativa insana de contorná-la”, enquanto Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso “jogaram-na de baixo do tapete do Planalto com o sucesso do Plano Real”.

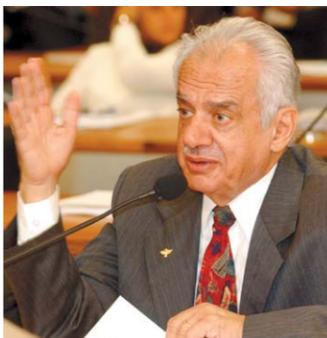
O senador afirmou que “invasões sempre existiram”. Lembrou que “os presidentes Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique conviveram com elas e ninguém argüiu que o país estivesse à beira de crise institucional”.

– Portanto, estarece perceber comportamentos de uma parcela da sociedade que tenta desestabilizar o clima democrático do país – afirmou.

Projeto sobre obras inacabadas volta à CCJ

■ Emenda apresentada por Tião Viana amplia exigências quando da interrupção de obras públicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai reexaminar a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/1999, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que proíbe qualquer governo, inclusive prefeituras, de paralisar obras iniciadas em gestões anteriores. A proposta constava da pauta de ontem do Plenário, mas emenda apresentada pelo senador Tião Viana (PT-AC) remeteu o assunto no-



Waldemir Rodrigues

RIGOR Proposta de Simon proíbe que obra iniciada em governo anterior seja paralisada

vamente ao exame da CCJ.

A matéria já foi discutida na comissão, onde recebeu substitutivo do então senador Roberto Requião, que entendeu que

um governo pode abandonar uma obra com a qual não concorde, desde que se explique e cumpra certas exigências legais.

Tião Viana diz que sua emenda acolhe a idéia central do projeto de Simon e do substitutivo de Requião. Ela estabelece que o projeto da lei orçamentária do governador, presidente da República ou prefeito deve conter demonstrativo com as informações sobre as obras paralisadas e as razões da suspensão de suas verbas.

O Plenário aprovou ainda substitutivo da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ao PLC 111/2002 instituindo 2004 como o Ano do Educador e da Valorização Profissional do Professor.



Célio Azavedo

FINANCIAMENTO Serys propõe que bancos cooperativos ampliem crédito agrícola

Serys quer que cooperativa use recursos do FAT

Ao comentar que não existem motivos para os produtores cooperativados terem de buscar recursos exclusivamente em instituições financeiras públicas, como o Banco do Brasil, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) informou ontem que apresentou projeto para que bancos cooperativos sejam autorizados a receber recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

– Nos novos tempos não mais há espaço para reserva de mercado, ainda mais se essa prerrogativa deixa de traduzir-se em benefício ao cliente. Razões não faltam para que tal pleito seja atendido, promovendo-se as adequações na legislação que confere monopólio aos bancos oficiais – afirmou Serys.

Na avaliação da senadora, as cooperativas de crédito e os bancos cooperativos têm tradição consolidada no crédito rural, atividade na qual vêm operando com recursos públicos desde a criação das fontes oficiais de financiamento agropecuário. Ela registrou que, atualmente, essas instituições operam com todas as linhas de investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dos bancos regionais, mas não trabalham ainda com recursos do FAT.

Municípios

No início do seu pronunciamento, Serys considerou intempestiva a mobilização de grupos de prefeitos que alegam situação de emergência para falar em greve. Apesar de reconhecer as dificuldades, ela salientou que os problemas não foram gerados no governo Lula.

Em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) justificou que o governo anterior foi impedido de aprovar reformas por mecanismos regimentais utilizados pelo PT.

Agenda

Plenário do Senado inicia trabalhos às 9h

A sessão de hoje, às 9h, e a de segunda-feira, às 14h30, são dedicadas a comunicados da Mesa e pronunciamentos de parlamentares, sem votação de matérias. O primeiro senador inscrito para subir à tribuna é Leonel Pavan (PSDB-SC). O leitor pode acompanhar os trabalhos por meio da TV ou da Rádio Senado.

Cultura ao Meio-Dia exhibe *Voltando a Viver*

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, exhibe hoje o filme *Voltando a Viver*, dirigido e estrelado

por Denzel Washington. As sessões de cinema, que ocorrem sempre às sextas-feiras ao meio-dia, no Auditório Petrônio Portella, têm entrada franca.



Sarney recebe governadores

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h, os governadores Aécio Neves, de Minas Gerais; Eduardo Braga, do Amazonas; Marconi Perillo, de Goiás; Vilma Faria, do Rio Grande do Norte; e Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul.

Desenvolvimento sustentável

O programa *Cidadania*, da TV Senado, recebe hoje, às 19h30, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o coordenador do projeto Agenda 21 no Ministério do Meio Ambiente, Pedro Ivo, para discutir desenvolvimento sustentável.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

Heloisa Helena critica o quebra-quebra

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) lamentou ontem o episódio ocorrido na quarta-feira durante a passeata de servidores públicos contra a reforma da Previdência, que resultou na destruição dos vidros das portas do Salão Negro do Congresso Nacional. De acordo com a senadora, o episódio foi provocado por alguns jovens irresponsáveis, e acabou gerando a reação "de parlamentares de boa-fé e de oportunistas em defesa da

democracia, obscurecendo a beleza da passeata de quase 60 mil pessoas que apenas lutavam por seus direitos".

– Nada justificaria a atitude de intolerância e a depredação do patrimônio público, e todos somos defensores do patrimônio público, que é fruto da luta de milhões de pessoas – afirmou. Heloisa pediu à Presidência da Casa que requisite a fita da TV Senado em que ficou registrada a agressão que sofreu de agentes

da Polícia Federal em manifestação no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Brasília, na sexta-feira passada.

– Na fita da TV Senado está claro o momento da agressão – frisou. Ela pediu que a Corregedoria do Senado veja a fita e tome as providências necessárias. O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), presidindo a sessão, informou que o presidente José Sarney já havia despachado o pedido da senadora.

INTOLERÂNCIA Segundo Heloisa, nada justifica depredação do patrimônio



Roosevelt Pinheiro

COMEMORAÇÃO Para Malta, pessoas que estão fora do sistema serão amparadas

Magno Malta louva inclusão de 40 milhões

Magno Malta (PL-ES) destacou ontem que o fato mais significativo da reforma da Previdência, aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, é a inclusão de 40 milhões de pessoas que estão fora do sistema previdenciário. Para ele, essas pessoas, que deverão ser amparadas na velhice, têm hoje o que comemorar.

Magno Malta disse que é importante ressaltar que esses milhões de marginalizados estão recebendo agora a oportunidade de ser tratados de igual para igual. O senador considera que os protestos violentos contra a reforma da Previdência foram protagonizados por jovens que pouco entendem o benefício que a reforma pode trazer. Segundo Malta, com certeza, muitos foram contratados para promover a desordem. Ele lembrou que sua mãe, dona Dadá, faleceu sem receber esse benefício.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) concordou com Magno Malta em que é um marco para o país a inclusão de milhões de pessoas no sistema previdenciário. Já o senador Efraim Morais (PFL-PB) disse que entendia que o Senado deveria se empenhar para que os excluídos constassem realmente do sistema porque, segundo ele, esse item não esteve na pauta de votação da Câmara dos Deputados.

Em seu discurso, Magno Malta parabenizou o senador João Batista Motta (PPS-ES) por ter promovido a visita do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, ao Espírito Santo. Magno Malta comentou que o discurso do ministro foi importante para desmentir insinuações de que a Grande Vitória e o sul do estado não foram incluídos na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) porque não houve empenho da bancada do Espírito Santo.

Reforma da Previdência chega pronta ao Senado, diz Sarney

Senador acredita que a Casa deverá consagrar texto que resulta de "diálogo longo, profundo, amargo"

Jone de Araújo



OTIMISMO Presidente do Senado observa que aprovação de reforma pela Câmara dos Deputados facilita retomada do crescimento econômico

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que a proposta de reforma da Previdência, aprovada nesta semana em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, "já chega concluída ao Senado". A Casa deverá, na sua opinião, apenas consagrar um texto que "já foi muito discutido, muito negociado, muito dialogado".

– Não haverá mais espaço para mudança, todos os passos já foram feitos graças a um diálogo longo, profundo, amargo – disse.

Na opinião de Sarney, a Câmara votou a reforma possível.

O presidente do Senado acredita que nunca se pode pensar em aprovar no Congresso algo que não seja um produto da harmonização dos conflitos da

sociedade.

– Temos que fazer agora um apelo à pacificação, à concórdia e à unidade de todos nós – salientou.

O presidente do Senado acredita que a aprovação da proposta pela Câmara dos Deputados sinaliza positivamente no sentido da retomada do crescimento econômico. afirmou, também, que o Senado está pronto para dar uma importante contribuição à implantação das reformas, especialmente no que se refere às mudanças na área tributária.

A proposta de reforma da Previdência ainda será submetida a um segundo tur-

no de votação na Câmara dos Deputados, antes de chegar ao Senado, em que passará, igualmente, por dois turnos de votação.

Paim afirma que senadores podem debater mudanças de forma serena

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), está firme no propósito de continuar a debater com segmentos do governo, do funcionalismo público e da classe política a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40/2003, que muda o regime da Previdência Social.

– Espero que, no Senado, também prevaleça a prática do diálogo e da negociação – declarou, afirmando que irá se sentir "um inútil" se a Casa apenas homologar a decisão adotada pela Câmara.

Paim disse ter lido a redação

final dada à matéria e estar convicto de que o Senado "tem o dever de aperfeiçoar o texto". Essa disposição para o debate do representante do Rio Grande do Sul já foi comunicada, inclusive, ao líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), que teria assegurado a abertura de espaço para discussão da reforma da Previdência na Casa. Como o tema mexe com "as emoções e os brios dos brasileiros", Paim considera o Senado a instância ideal para debater-lo de forma serena.

Segundo o senador, o texto

aprovado pela Câmara contemplou avanços como a paridade entre ativos e inativos; a aposentadoria integral aos atuais servidores; e a extensão das regras previdenciárias do pessoal das Forças Armadas aos policiais militares. No entanto, ele disse ter constatado lacunas em relação à contribuição dos inativos e à fixação de regras de transição para servidores prestes a requerer aposentadoria. Ao mesmo tempo em que a PEC atende integralmente aos pleitos do Judiciário, Paim reivindica uma saída para a situ-



Roosevelt Pinheiro

EMOÇÃO Paulo Paim destaca que reforma "mexe com os brios dos brasileiros"

ação dos servidores públicos com salários mais baixos.

Em aparte, os senadores pela Paraíba Ney Suassuna (PMDB) e Efraim Morais (PFL) defenderam a realização de debate sobre a reforma da Previdência.

HOMENAGEM Plenário aprova voto de pesar e vários senadores se pronunciam sobre a trajetória do jornalista e criador da Rede Globo. Comissão liderada por José Sarney representa a Casa no sepultamento

Senado destaca o legado de Roberto Marinho

O Senado aprovou ontem requerimentos para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e proprietário das Organizações Globo, Roberto Marinho. Pela tradição da Casa, serão enviadas condolências à família e à direção das Organizações Globo.

Ao encaminhar os requerimentos, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) louvou a figura do jornalista e criador da Globo, quarta maior rede de comunicação do mundo e maior da América Latina. Para ele, Marinho foi um visionário da comunicação e grande empreendedor que valorizava os

funcionários, dando-lhes boas condições de trabalho e salário digno.

Hélio Costa lembrou ter sido um dos primeiros correspondentes da Rede Globo de Televisão no exterior, levando o nome da comunicação brasileira a dezenas de países.

– Ao me identificar como representante da Rede Globo, as portas em que precisava bater para fazer meu trabalho jornalístico logo se abriam, tal era o prestígio internacional da emissora – disse.

Após declarar aprovados os requerimentos de pesar, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou a comissão



PESAR Vários senadores ressaltaram em Plenário perda representada pelo falecimento do empresário e jornalista

que representaria o Senado no sepultamento de Marinho, chefiada pelo presidente da Casa, José

Sarney, e composta ainda pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-

SP), Aloizio Mercadante (PT-SP), Valmir Amaral (PMDB-DF), Roberto Saturnino (PT-RJ), Marcelo

Crivella (PL-RJ), Amir Lando (PMDB-RO), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN).

MAGUITO VILELA



Perseverança e culto ao trabalho forjaram sucesso

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) louvou o culto ao trabalho que Roberto Marinho professava. Segundo Maguito, o jornalista e empreendedor apontava como segredos de seu sucesso a perseverança e o trabalho. Como iniciou sua carreira aos 20 anos, falecendo aos 98, trabalhou com afinco por 78 anos.

– Como ele, não acredito em predestinação. Marinho entrou na história como um dos brasileiros mais importantes porque nunca deixou de trabalhar – frisou.

Maguito aplaudiu a capacidade empresarial do jornalista, que o tornou o empresário de comunicação do século 20, durante o qual construiu as Organizações Globo.

IDELI SALVATTI

Globo atua na defesa das raízes culturais do país

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou, em sua homenagem a Roberto Marinho, a linha nacionalista levada adiante pela Rede Globo, defendendo e divulgando as raízes culturais brasileiras, impedindo que o país “virasse um quintal cultural dos Estados Unidos, como ocorreu com tantos países da América Latina”.

Ideli afirmou que Marinho foi um grande empreendedor que colocou sua marca pessoal na comunicação do Brasil e do mundo. A linha adotada pelas Organizações Globo, disse ela, transparece em sua dramaturgia, nas produções infantis e culturais em que as tradições e o modo de ser dos brasileiros nunca deixam de estar presentes.



JOSÉ JORGE



Contribuição à educação foi inestimável

Ao encaminhar o requerimento de voto de pesar pela morte de Roberto Marinho, o senador José Jorge (PFL-PE) ressaltou a contribuição do jornalista para a educação. Segundo o senador, Marinho ajudou muito para que o sistema educacional brasileiro, antes frágil e de baixa qualidade, esteja agora conseguindo atingir a população de baixa renda.

A primeira iniciativa apontada por José Jorge foi a Fundação Roberto Marinho. Outra, foi a criação de um canal de TV inteiramente voltado para a educação. Nele, enfatizou, trabalham para a educação “os mais importantes artistas da Rede Globo, aqueles que têm grande popularidade”.

NEY SUASSUNA

Jornalista tinha preocupação com mais fracos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o jornalista Roberto Marinho tinha uma grande “preocupação pelo mais fraco”. Segundo o senador, a Fundação Roberto Marinho, que financia programas de educação a distância e a recuperação arquitetônica do patrimônio histórico brasileiro, é exemplo dessa preocupação.

Suassuna louvou também o lado empresarial de Marinho, salientando que suas empresas foram exemplarmente administradas e que ele antecipava os acontecimentos.

– Como foi amado e como foi odiado esse homem! Mas todos o admiravam pela persistência e pelo vislumbre que tinha do futuro – concluiu.



EDUARDO S. CAMPOS



Influência está presente em todo o Brasil

Na presidência da sessão do Senado, ao serem aprovados os requerimentos de pesar pela morte de Roberto Marinho, o senador Eduardo Siqueira Campos manifestou-se sobre a importância do jornalista.

– De tudo e em tudo neste Brasil tem um pouco de Roberto Marinho – afirmou, lembrando que o homem se foi, mas ficaram seu exemplo, suas empresas e sua família.

Dizendo falar na condição de representante do estado e de 2º vice-presidente do Senado, Eduardo transmitiu “o sentimento de pesar de todo o povo tocantinense”. Segundo ele, Marinho teve participação de destaque na criação do estado do Tocantins.

HÉLIO COSTA

Habilidade para reunir pessoas e valorizar equipes

A habilidade de Roberto Marinho em aglutinar pessoas, estimular talentos e valorizar equipes foi lembrada pelo senador Hélio Costa. Ele disse que a relação pessoal e quase familiar dispensada aos colaboradores teve sua expressão máxima quando Roberto Marinho pronunciou a frase: “Com meus comunistas ninguém mexe”.

A declaração, observou Hélio Costa, ocorreu durante a ditadura, quando alguns jornalistas de *O Globo* estavam sendo perseguidos pelo regime militar. Por outro lado, frisou, Marinho não era rancoroso, apesar de poderoso, tanto que aceitou contratar Paulo Francis, um de seus principais adversários na imprensa.



HOMENAGEM

Em vários pronunciamentos, senadores ressaltam o papel do jornalista Roberto Marinho no desenvolvimento dos meios de comunicação no país

RENAN CALHEIROS



Roosevelt Pinheiro

Proteção a jornalistas perseguidos

Em nome do PMDB, Renan Calheiros (AL) disse que Roberto Marinho mostrou que é possível construir um Brasil moderno. O senador destacou que o jornalista foi responsável, em grande parte, por quase um século de evolução do país, principalmente na cultura e informação.

Renan Calheiros também lembrou que Roberto Marinho protegeu jornalistas e intelectuais perseguidos pelo regime militar.

PAULO OCTÁVIO

Um grande produtor de entretenimento

Apesar do “sentimento de perda, constrangimento e desolação” provocado pela morte de Roberto Marinho, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que o povo brasileiro “não tem o direito de ficar triste”.

– É preciso lembrar que o doutor Roberto foi também um grande animador de espetáculos, um produtor de alegria, um homem que, por meio da televisão, levou entretenimento e diversão a todos os brasileiros.



Roosevelt Pinheiro

MERCADANTE



Roosevelt Pinheiro

Empresário de êxito e espírito polêmico

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), encaminhou mensagem de condolências à família do jornalista Roberto Marinho. Conforme disse, “a morte faz parte do cotidiano da vida, mas o nascimento de personalidades como Roberto Marinho definitivamente não é uma rotina”, assinalou na abertura da mensagem.

O senador destacou o êxito e o espírito polêmico na atuação de Roberto Marinho como jornalista.

SÉRGIO GUERRA

Atuação só superada por Chateaubriand

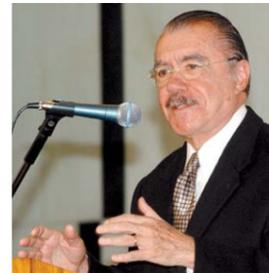
O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que, devido ao falecimento de Roberto Marinho, ontem foi um dia triste para a comunicação no Brasil e no mundo.

Para Sérgio Guerra, ninguém, depois de Assis Chateaubriand, foi tão marcante no setor de comunicação no Brasil quanto o jornalista e empresário Roberto Marinho. Ele foi inovador, disse, antecipando o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.



Roosevelt Pinheiro

JOSÉ SARNEY



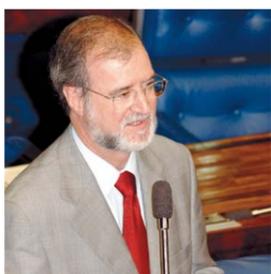
Jane de Araújo

Desbravador e companheiro extraordinário

Emocionado, o presidente do Senado, José Sarney, observou que o Brasil perde um grande homem com a morte do jornalista Roberto Marinho. “E eu, pessoalmente, perco um amigo com quem convivi estreitamente e de quem sempre recebi demonstrações de afeto cordial.”

José Sarney afirmou que Roberto Marinho foi “um desbravador, pioneiro, patriota e missionário”, além de “companheiro extraordinário”.

EDUARDO AZEREDO



Roque de Sá

Um homem à frente do seu tempo

Com a morte de Roberto Marinho, destacou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), “o Brasil ficou menor”. Graças ao jornalista e empresário, o país tornou-se referência mundial na área de comunicações e entretenimento, ressaltou.

Azeredo disse considerar o jornalista e empresário Roberto Marinho “um homem à frente do seu tempo”, mas, antes de tudo, um obstinado pela cultura e educação.

ARTHUR VIRGÍLIO

Existência dedicada à integração

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou as qualidades de empreendedor do jornalista Roberto Marinho. Virgílio foi autor de um dos requerimentos aprovados pelo Senado solicitando a inserção em ata de voto de pesar pela morte.

Roberto Marinho, ressaltou Virgílio, dedicou sua existência à integração brasileira por meio da informação. “Será pouco o que se disser sobre o trabalho do dr. Roberto”.



Roosevelt Pinheiro

MAGNO MALTA



Roosevelt Pinheiro

Gerador de empregos e de honra

Os milhares de empregos gerados pelas Organizações Roberto Marinho foram ressaltados por Magno Malta (PL-ES) ao homenagear o empresário. Para o senador capixaba, “quem gera emprego gera a honra”.

Dirigindo-se à família de Roberto Marinho, o senador disse que o consolo vem de Deus. Magno Malta afirmou que o momento serve para reflexão sobre a própria vida.

TASSO JEREISSATI

Homem de visão e cidadão exemplar

Tasso Jereissati (PSDB-CE) destacou o papel desempenhado pelo jornalista Roberto Marinho na história recente do Brasil. Para ele, o empresário foi responsável pela renovação das comunicações no país, principalmente depois da criação da TV Globo.

– Cidadão exemplar, empresário de visão de futuro, entra para a história como uma das personalidades mais marcantes da sua época.



Genálio Magela

PEDRO SIMON



Roosevelt Pinheiro

Pioneiro na questão ambiental

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou voto de pesar pela morte de Roberto Marinho. Em seguida, viajou para o Rio de Janeiro para comparecer ao velório do empresário. Ele disse que o Brasil perdeu um grande jornalista.

– Roberto Marinho abriu espaço pioneiro às questões ambientais, com o Globo Ecologia, antevendo o destaque que o assunto assumiria na agenda pública.

Roosevelt Pinheiro



Para Suplicy, acordos devem beneficiar os setores produtivos

Assinatura de acordo deverá ter novas regras

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que define os objetivos da participação do governo brasileiro em negociações comerciais bilaterais e multilaterais. A matéria vai agora ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Pelo projeto, os acordos internacionais assinados pelo país deverão expandir os mercados externos para os produtos e investimentos brasileiros, além de ampliar a capacidade de os setores produtivos nacionais gerarem empregos e aumentar, na pauta de exportações brasileiras, a participação de bens de mais alto valor agregado.

A proposta também obriga que os acordos garantam liberdade para o desenvolvimento, absorção e aplicação, sem restrições indevidas, de tecnologias importantes para a competitividade da economia nacional.

A comissão aprovou ainda mensagem sobre acordo celebrado entre o Brasil e a Argentina permitindo a concessão de vistos gratuitos a estudantes e professores de ambos os países.

O acordo foi assinado em 2001, na cidade de Buenos Aires, capital argentina.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul é presidida pelo deputado federal Doutor Rosinha (PT-PR) e tem como vice-presidente o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Senadores querem melhorar atendimento a doente renal

■ Subcomissão de Saúde aprova relatório com recomendações que modificam os serviços de hemodiálise

A Subcomissão Temporária de Saúde aprovou ontem relatório do senador Mão Santa (PMDB-PI) que levantou informações sobre a assistência prestada aos pacientes renais crônicos, em especial os que precisam se submeter a sessões de hemodiálise. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve decidir se o relatório será enviado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com sugestões para melhorar o funcionamento dos serviços de hemodiálise, como propõe Mão Santa.

Na sua conclusão, o senador recomenda que seja encaminhado requerimento ao Ministério Público da União solici-



tando investigações junto aos gestores federal, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) e aos prestadores de serviços sobre a qualidade do atendimento aos pacientes renais crônicos, as denúncias de cartelização (acordo entre empresas para restringir a concorrência e elevar preços) do setor de provedores de equipamentos e serviços de he-

modiálise e a ocorrência de nove óbitos em clínica de Caruaru, interior de Pernambuco.

O vice-presidente da subcomissão, senador Augusto Botelho (PDT-RR), informou que o relatório deve ser enviado ao Ministério da Saúde e secretarias estaduais de Saúde. Ele ressaltou a importância do trabalho, que aponta a defasagem dos preços pagos pelo SUS.

Comissão discutirá novos usos do FGTS

A utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em modalidades não previstas na atual regulamentação será discutida em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, que possibilita a liberação desses recursos para compra de lote popular de uso residencial com até 250 metros quadrados.

Na reunião de ontem, a CAS aprovou requerimento em que os senadores Eurípedes Camargo (PT-DF), Fátima Cleide (PT-RO) e Patrícia Saboya (PPS-CE) pedem a presença na comissão do secretário executivo do Conselho Curador do FGTS, Paulo Furtado, entre outros. A proposta da Câmara tramita em conjunto com outros seis projetos de lei que propõem a liberação de recursos do FGTS para várias finalidades.

A comissão aprovou também quatro requerimentos para a realização de audiências públicas. Um deles, da senadora Fátima Cleide, objetiva subsidiar as discussões sobre o registro de marcas e patentes referentes a produtos genuinamente brasileiros.

Dia de Controle do Colesterol deve ser instituído

O Dia Nacional de Controle do Colesterol deve ser comemorado em 8 de agosto. Na data serão desenvolvidas campanhas educativas para orientar a população sobre doenças decorrentes da taxa elevada de colesterol no sangue e seu tratamento. A proposta, de autoria do ex-senador Benício Sampaio, foi aprovada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2002, senador Augusto Botelho (PDT-RR), apresentou uma única emenda ao texto original, explicitando que as autorizações para realização das campanhas educativas serão concedidas aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e não ao próprio sistema. Em resposta ao senador Flávio Arns (PT-PR), o relator explicou outro ponto de sua emenda, que deixa clara a importância de esclarecer à população que os problemas decorrem do aumento da taxa de colesterol no sangue e não do próprio colesterol. Além disso, ressaltou, as campanhas deverão informar sobre as doenças e os tratamentos existentes.



Márcia Kollme

INTERAÇÃO População poderá acompanhar trabalho da CAS, ressalta Lúcia Vânia

Lúcia Vânia divulga banco de denúncias

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), anunciou ontem a criação de um banco de denúncias para melhor comunicação entre o público e a comissão.

– As pessoas poderão acompanhar as providências que estão sendo adotadas em relação às denúncias encaminhadas à CAS – explicou Lúcia Vânia.

A comissão recebe em média 20 denúncias por mês, relativas a maus-tratos a pessoas idosas e falta de atendimento hospitalar, entre outras. A senadora apresentou balanço das atividades da CAS no primeiro semestre, quando realizou 12 reuniões e quatro audiências públicas.

CPI DO BANESTADO



Waldemir Rodrigues

RESULTADOS Deputado Paulo Mello (E) falou à CPI do Banestado sobre corrupção investigada pela Assembleia Legislativa do Rio

CPI no Rio não teve apoio do BC, afirma deputado

O Banco Central (BC) e a Receita Federal, disse ontem o deputado estadual Paulo Mello (PDT) aos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, não fizeram nada para auxiliar a CPI da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que investigou o esquema de corrupção na fiscalização tributária do estado durante a gestão do ex-governador Anthony Garotinho. Ex-presidente da comissão fluminense, ele fez questão de elogiar a atuação do Ministério Público e da Polícia Federal nas apurações.

– Se dependesse do BC e da Receita, os fiscais corruptos estariam tomando sorvete na praia de Ipanema – comentou

ele, explicando que a principal dificuldade residiu no fato de esses órgãos não terem liberado sigilo bancário e fiscal das contas correntes dos investigados. Alguns dados, acrescentou, foram conseguidos por determinação da Justiça.

Apesar disso, Mello afirmou que considera bem-sucedido o resultado alcançado, já que 24 acusados, principalmente fiscais da Receita estadual, estão presos e com seus bens bloqueados. Como a comissão do Rio já encerrou seu funcionamento, ele recomendou à CPI do Banestado que aprofunde as investigações sobre as irregularidades e busque o repatriamento do dinheiro depositado em paraísos fiscais.

Mais agilidade na apuração

O senador Magno Malta (PL-ES) manifestou sua preocupação, durante a reunião de ontem da CPI do Banestado, com o fato de as pessoas suspeitas, acusadas e até comprovadamente culpadas do crime de corrupção de evasão de divisas estarem livres e sem punição. Em sua opinião, a CPI deveria priorizar a convocação dessas pessoas para evitar a burocratização dos trabalhos e a perda do foco das investigações.

– Se nós não tivermos essa visão, escolhendo três ou quatro focos, eu temo que, ao final, os verdadeiros culpados fiquem impunes – argumentou o parlamentar.

Essa também foi a opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou requerimento solicitando a participação na CPI, a título de auxílio, do delegado Castilho e do perito da Polícia Federal Renato Barbosa, que acompanharam

as investigações das ocorrências de desvio de dinheiro.

– O trabalho desses investigadores foi muito importante e de lá para cá nada foi feito. Eu tenho a opinião que, de maneira geral, a Polícia Federal, a Procuradoria Geral da República e o Banco Central só investigaram, e mesmo assim sem grande interesse, já que a cada dois meses um delegado à frente dos levantamentos era substituído – assinalou Simon.

Outro parlamentar que se disse incomodado com o excesso de temas tratados pela CPI foi o deputado Dr. Hélio (PDT-SP), que apelou para que a comissão defina um foco para trabalhar com mais agilidade.

Já a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) considerou que a CPI do Banestado tem tempo hábil e informações suficientes para chegar a conclusões que esclareçam os mecanismos de lavagem de dinheiro no Brasil.



Roosevelt Pinheiro

MÉRITO Para Suassuna, criação de frente parlamentar estimula debate sobre reforma tributária

Suassuna busca soluções para os municípios

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que a bancada do PMDB decidiu apoiar a constituição da Frente Parlamentar Pró-Municípios pela necessidade de se buscar com urgência solução para a crise das prefeituras.

– O PMDB assumiu a paternidade da Frente Parlamentar Pró-Municípios para encontrar soluções e começar um debate sério sobre reforma tributária. Não nos interessam as críticas e acusações, mas as soluções – afirmou, ressaltando que a frente recebeu o apoio das lideranças do governo e da minoria no Senado e no Congresso.

Suassuna ressaltou que a frente já produziu duas iniciativas: criou o Comitê de Legislação e o Comitê de Eventos, que convocou reunião para a próxima quarta-feira, às 14h, no Auditório Petrônio Portella, no Senado, onde será discutida a reforma tributária.

O senador observou que as prefeituras já há algum tempo passaram a ter mais encargos e, paralelamente, sofreram redução progressiva de recursos. Ele atribuiu a queda no repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) à redução da atividade econômica, que diminuiu a arrecadação tributária, mas advertiu que a situação atual não pode ser mantida por mais tempo.

Ideli repudia decisão de prefeitos de fazer greve

■ Senadora condena movimento e ressalta que quem é dono de mandato popular não tem esse direito

Ao reafirmar seu repúdio ao que considera “um movimento orquestrado” pelos que estão encabeçando a greve dos prefeitos, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou que aos detentores “do poder de legislar, governar ou julgar não é permitido fazer greve”. Esse direito, na sua avaliação, é apenas dos trabalhadores.

– Quem ocupa cargo obtido por meio de voto ou por nomeação não faz greve, renuncia – completou.

Referindo-se a pronunciamentos feitos esta semana por senadores de partidos de oposição, que criticaram a redução dos repasses federais para as prefeituras e o aumento da carga tributária, Ideli lembrou que

muitos desses parlamentares deveriam antes fazer auto-crítica, já que também teriam sido responsáveis por essas medidas.

– O aumento da carga e a existência de tantas contribuições não caíram de graça. Foi executada uma verdadeira reforma tributária sorrateira nos últimos anos. Aliás, estão anunciando o ineditismo de uma primeira reunião de todos os prefeitos de determinado partido. Quem nunca reuniu seus prefeitos vai reunir agora, no dia 14 de agosto. Quero saber se vão começar a reunião dizendo “eu pecador me confesso, porque ajudei a criar essas contribuições e a criar essa carga tributária” – disse Ideli Salvatti.

A senadora destacou que pela primeira vez, em março passado, uma marcha de prefeitos foi recebida por um presidente da República e 16 dos seus ministros. Na ocasião, prosseguiu, o governo assumiu nove compromissos com a as-



Roosevelt Pinheiro

AUTOCRÍTICA Ideli sugere que organizadores do movimento revejam as suas posições

sinatura de um protocolo de cooperação federativa, dos quais três já foram cumpridos.

– Quem está orquestrando essa greve dos prefeitos com o objetivo de criar uma crise constitucional comece a fazer autocrítica para poder ter o direito de se manifestar – sugeriu a senadora.

Governo Lula não é responsável pela queda na arrecadação, afirma Ana Júlia

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) contestou ontem em Plenário declarações recentes de parlamentares oposicionistas que estariam creditando ao governo Lula a responsabilidade pela atual crise dos municípios brasileiros. Com base em dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), ela mostrou que a participação dos municípios na arrecadação tributária nacional caiu de 20% para 13,5% na última década.

– Espanta quem vem dizer que Lula é responsável por aquilo que fizeram ao longo dos últimos dez anos – afirmou, rebatendo críticas de senadores que apoiaram o ex-presidente Fer-



Jane de Araújo

NÚMEROS Ana Júlia revelou que participação dos municípios caiu muito na década passada

nando Henrique Cardoso.

Apesar de a CNM apontar redução da receita municipal, a senadora petista levantou a

possibilidade de aumentos atípicos de arrecadação estarem mascarando a realidade, dando a impressão de que haveria queda no recolhimento e, por conseqüência, repasse de tributos no momento seguinte.

– Houve queda agora por conta da devolução do Imposto de Renda, mas a situação é atípica se comparada com os anos de 2000 e 2001, quando não houve redução – disse.

Em resposta às críticas, o senador Efraim Morais (PFL-PB) sugeriu que Ana Júlia apresente emenda à proposta de reforma tributária, para que a União recomponha os 6,5% de perda indicados pela CNM.



Roosevelt Pinheiro

POSIÇÃO Efraim defende repasse de parte dos recursos provenientes da CPMF e da Cide



Roosevelt Pinheiro

MOBILIZAÇÃO Leonel Pavan informou que prefeitos de SC vão fazer reunião hoje

Crise financeira motiva os protestos, diz Pavan

A crise financeira que atinge as prefeituras está na origem de mobilização política que os prefeitos de Santa Catarina realizam hoje na Assembléia Legislativa do estado. A informação foi dada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), segundo o qual a mobilização “prevê a paralisação das prefeituras, menos os serviços

de saúde e educação, e será produzida uma cartilha informativa sobre os motivos do ato”.

No caso de Santa Catarina, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta, em muitos casos, quedas de até 40% nos repasses federais, o que impede que municípios com até 10 mil habitantes tenham recursos para pa-

gar a própria folha de pessoal.

Pavan informou ainda que enviou, na quarta-feira, ofício ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que alerta para a situação de insolvência das prefeituras e solicita empenho do governo na abertura de novas fontes de receitas.

Rebatendo discurso da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), Pavan dis-

se que, se “está havendo orquestração (na mobilização dos prefeitos), ela está sendo feita pelo presidente da CNM, que é do PMDB, e pelo seu vice-presidente, que é do PT”. Ideli respondeu que, segundo os jornais, todas as declarações sobre o evento foram dadas por prefeitos ou dirigentes de entidades do PSDB e do PFL.

Amorim: governo quer fortalecer o Mercosul

Ministro das Relações Exteriores diz que Brasil deve negociar com soberania acordos relacionados à Alca

Uma das prioridades do governo na área externa é fortalecer o Mercosul, afirmou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em audiência ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estimula maior aproximação do Brasil não somente com Argentina, Uruguai e Paraguai, mas também com os demais países sul-americanos.

– A proposta do presidente Lula de promover uma integração saudável entre os países já está obtendo eco – afirmou Amorim, salientando ser de fundamental importância essa união, a fim de que os governos da região possam melhorar suas negociações comerciais e industriais, para atrair investi-



POLÍTICA EXTERNA Amorim, ao lado de Suplicy (D), afirma que uma das metas é integrar América do Sul

mento e produção. Somente dessa maneira, avaliou, a América do Sul poderá crescer, prosperar e melhorar as condições de vida de sua população.

Alca

Com relação à União Européia, Amorim explicou que a intenção do Brasil é obter forte

presença naquele mercado, principalmente com produtos agrícolas. Ele reconheceu, entretanto, as dificuldades enfrentadas para se penetrar no mercado europeu, devido a mecanismos de proteção, como cotas tarifárias. A respeito da Área de Livre Comércio das

Américas (Alca), manifestou confiança de que o Brasil negocie com soberania os acordos. Lembrou que a Alca é também uma questão política.

Sobre o episódio da missão secreta francesa em território brasileiro, formada por 11 diplomatas e militares, e que se

destinava a negociar com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) a liberação da ex-senadora Ingrid Betancourt, seqüestrada pelo grupo em fevereiro de 2002, Celso Amorim considerou o caso “encerrado”, já que a França pediu desculpas ao governo brasileiro.

– Foi um episódio desagradável que causou constrangimentos a todos porque o governo brasileiro não foi consultado – observou o ministro, ao informar que, tão logo soube da presença da aeronave francesa em solo brasileiro, solicitou imediatamente que o avião decolasse, o que foi atendido pelas autoridades francesas.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) estranhou que o avião tenha permanecido por vários dias em Manaus sem autorização das autoridades brasileiras. Para o senador, a missão não era médica e nem humanitária, e sim política, “numa verdadeira ação clandestina”. Ele cobrou do ministro a apuração completa do episódio, “já que feriu a soberania nacional”.

Congresso pode ser ouvido antes sobre acordos, afirma ministro

Durante a audiência pública, o ministro Celso Amorim admitiu, em resposta a Hélio Costa (PMDB-MG), a viabilidade de o Congresso brasileiro ser consultado antes de o governo assinar qualquer acordo comercial ou tecnológico, e não ser apenas um mero homologador de protocolos.

Isso, no seu entender, evitaria desconfortos, como o ocorrido com o acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos, envolvendo o Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Segundo o ministro, esse acordo exime o país de uma parcela do mercado de lançamento de foguetes, capaz de movimentar, no prazo de uma década, US\$ 40 milhões por ano.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Eduardo Suplicy, condenou o muro que separa os Estados Unidos do México. Segundo o senador, a integração dos países não pode ser apenas comercial, pois passa, necessariamente, pela livre

movimentação de seres humanos. Celso Amorim concordou.

João Capiberibe (PSB-AP), autor da proposta que cria, no âmbito da CRE, subcomissão para acompanhar as negociações do governo brasileiro sobre a Área de Livre Comércio das Américas, cobrou de Amorim uma posição firme nas negociações comerciais, a fim de que o Brasil possa, pelo menos, “empatar o jogo”.

Portugal

Também intervindo na discussão, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sugeriu uma parceria com Portugal para que os produtos brasileiros entrem com maior facilidade na África, principalmente nos países de língua portuguesa. Celso Amorim disse que a parceria já existe e tende a se expandir.

Aelton Freitas (PL-MG) entregou ao ministro pedido de informações, já aprovado pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), sobre a situação financeira das embaixadas e consulados brasileiros no ex-



ALCÂNTARA Uso da base de lançamento de foguetes pelos EUA foi tema de discussão com senadores

terior. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) congratulou o ministro pela condução da política externa brasileira.

Já Fátima Cleide (PT-RO) pediu a Amorim que interfira junto ao governo nigeriano para salvar Amina Lawal da pena de morte, cuja execução, por apedrejamento, está marcada para

o próximo dia 28. O ministro lembrou que o presidente Lula enviou carta ao presidente da Nigéria pedindo anistia para Amina. Lula, informou o ministro, não obteve resposta.

Um maior incremento comercial e industrial do Brasil com as nações árabes foi defendido por Ney Suassuna

(PMDB-PB), para quem há interesse daqueles países em desenvolver essas relações.

Em resposta, Celso Amorim anunciou que no mês de dezembro o governo brasileiro enviará uma missão ao Oriente Médio, na qual estará em pauta também o aumento das relações comerciais.